

Tensão diminui. Amanhã começam as negociações

Por ANDRÉ PEREIRA
Enviado Especial/ZH

Ao iniciarem amanhã as negociações, conduzidas por uma comissão definida como de alto nível, envolvendo um grupo interministerial e representante da Igreja, chega-se finalmente a uma situação de bom senso na área do Toldo Chimbangue, a 15 quilômetros do centro da cidade catarinense de Chapecó. Na semana passada, com a prática de incêndios atribuídos tanto a índios como a colonos e a exibição de aparatos bélicos exagerados, parecia que todos obedeciam a uma estratégia suicida, fiéis ao pensamento de que só incidentes graves, com feridos e mortos, encaminhariam soluções concretas.

Os índios, que exibiam a máxima sofisticada em armas, com algumas flechas de metal destacando-se dos armamentos de madeira, declaravam que tinham esgotado a sua paciência. Os mais jovens, entre os membros das 19 famílias que ocupam a área de 1.885 hectares de Toldo, arrastavam o pequeno e minguado cacique Clemente Fortes para atitudes de provocação diante dos soldados da Polícia Militar de Santa Catarina munidos de metra-

lhadoras e espingardas de cano curto que só não foram disparadas por questão de detalhe, ao meio-dia de sexta-feira, quando um grupo decidiu colher frutas exatamente no local onde o capitão Amaral improvisava seu posto de comando.

O próprio delegado da Funai, Eustáquio Machado, enviado de Curitiba para acompanhar os acontecimentos, exibiu atitudes incompatíveis com o seu cargo, na mesma sexta-feira, quando, enquanto disparava declarações de que não negociaria com os brancos, estimulava seu colega Nilo Paulo Morás a posar com um revólver calibre 38 para o fotógrafo de ZH, na intenção alegada de que este tipo de arma era insuficiente para se enfrentar os colonos: "Aqui devíamos ter é metralhadoras", ilustrava Morás. "Pois os colonos devem ter umas 2 mil armas. E o que eles já fizeram contra os índios, desde o estupro de uma indiazinha de 13 anos até a queima de casas, justifica plenamente o armamento dos índios e da Funai".

Sangue caingangue

Definindo os colonos como os bandidos do filme, os representantes da Funai esqueciam do principal, isto é, causa que levou os agricultores, em sua maioria quase absoluta constituída por gaúchos, a acreditarem que são donos das terras que defendem com o mesmo ardor que os índios. Quem conversa com o velho Fidelix Trombetta verá que, sem a influência da sua agitada filha, uma jovem professora primária da Sede Trentin, chamada Ivanir, o colono só quer mesmo que reconheçam a legalidade das escrituras de compra e venda que 92 agricultores possuem. Descontando-se o preconceito racial que os leva a considerar os índios como "bugres vagabundos que nada fizeram para ganhar essas terras", os colonos lutam para não perder as áreas compradas com esforço junto à colonizadora gaúcha Luce Rosa & Cia.

O resto — as acusações de que os índios estão bem armados, preparados para receber reforços de outras tribos de fora ou que nem mesmo o velho cacique Fortes tem origem caingangue — não passou de distorções promovidas pelo deliberado clima de tensão do conflito. Os reforços de fora, na verdade, funcionavam ao oposto do que imaginavam os agricultores, pois eram estes os que mais defendiam a pacificação, sabendo que uma derrota legal dos índios abriria um precedente perigoso no histórico das áreas indígenas a serem demarcadas pelo País agora.

E o fato de Clemente Fortes ter trabalhado em sua ervateira em Chapecó não significa que ele seja branco. Ao contrário, Fortes é um dos poucos índios puros do Toldo, caracterizado por uma alta incidência de miscigenação plenamente justificada pela proximidade da reserva com a cidade de Chapecó. Mas a alvura da pele de alguns chimbangues não elimina suas origens familiares. Qual o branco que iria morar nos miseráveis casebres caingangues que abrigam gente doente, desnutrida e desdentada, se não tivesse sangue caingangue?

Fotos Fernando Gomes/ZH



As armas dos índios contra os colonos: pobres arcos e flechas

Funai quer a expulsão dos colonos

Índios e colonos são vítimas de um mesmo mal decretado pela indefinição fundiária do País, que, nesse caso, se originou do pouco respeito endereçado às reservas indígenas. Historicamente, Chimbangue pertencia aos índios, mas a colonizadora gaúcha mandou às favas essa idéia vendendo lotes aos agricultores que não tiveram a menor dificuldade em registrar as terras. Trombetta, por exemplo, já está na quinta escritura sobre as terras que habita. Há uns dois anos os índios que restavam na área se conscientizaram, às custas naturalmente dos esclarecimentos que lhes presaram órgãos de defesa indígenas como o CIMI, de que deviam igualmente legalizar suas terras. E, enfim, um grupo interministerial concordou com a teoria de que o solo é dos caingangues. Mas, como reassentar 160 famílias de colonos brancos que habitam a área?

Única saída

A Funai lavou as mãos quando lhe exibiram essa interrogação. "Que o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário se vire para tirar os colonos", respondeu Machado, em uma das entrevistas que concedeu diante dos primeiros sinais do conflito, passando a adotar a posição simplista de que a única saída para o impasse era a expulsão dos agricultores. Até sexta-feira, o próprio CIMI parecia fiel a um raciocínio similar que só contribuía para, no jargão conhecido, botar mais lenha na fogueira. No final da tarde de sexta, porém, o CIMI enviou um telex ao dom Luciano Mendes de Almeida, da CNBB, arquitetando uma proposta inicial de negociação concreta para o local, diminuindo a área indígena de 1.885 para 1.188 hectares. É possível que os colonos não aceitem ficar com cerca de 700 hectares — mas já é um começo de negociação objetiva, que será, sem dúvida, a única saída para o conflito.

As autoridades de Brasília encarregadas de conduzir as negociações, terão, no

entanto, que agir com a mesma rapidez e eficiência com que foram catapultados de suas poltronas na sexta-feira, quando anunciava-se a explosão do Toldo do Chimbangue, para formar a comissão de alto nível. Os soldados que passaram a semana alternando atividades febris de revista de carros com horas de lazer bronzeando-se ao sol chapecoense continuarão no local para "garantir a paz", como almeja o governador Espíridião Amin, que também deu sua pitada de colaboração na encenação montada em:

Chimbangue anunciando que tinha enviado 600 homens armados para o local, quando, na verdade, no máximo somavam 150 soldados. Mas, nada garante que a agitada professora Ivanir ou os jovens indígenas do Toldo continuarão indefinidamente apaziguados se as autoridades não empregarem seus esforços e o dinheiro das diárias públicas que gastarão no Eston Hotel, de Chapecó, na busca de uma solução para os episódios que envolvem não somente idéias, mas, sobretudo, vidas humanas de brancos e índios.



Eustáquio Machado, à esquerda, estimulou Nilo Morás a posar exibindo um revólver calibre 38

No clima chuvoso do final de semana em Chapecó, os patrocinadores do conflito pelas terras da área indígena de Chimbangue continuaram respeitando a trégua estabelecida, com a promessa de que uma comissão interministerial começará, amanhã, a buscar uma solução definitiva. As barreiras policiais prosseguem montadas nos acessos do Rio Grande do Sul que conduzem à área, em cujas entradas também se postam militares armados revestindo veículos à procura de índios que apareceriam supostamente para reforçar os guerreiros caingangues. Nos dois locais em que se concentram colonos — na sede Trentin — e indígenas — à beira do Rio Irani — permanecem igualmente hasteadas bandeiras vermelhas que ameaçam com a guerra se não houver uma resolução decidida e rápida para este conflito. Há pelo menos duas propostas já encaminhadas para a negociação, reduzindo a área indígena para 1.188,7 hectares (de acordo com sugestão do Conselho Indigenista Missionário) e para 1.100 hectares (segundo o procurador geral da Funai, Alvaro Reinaldo de Souza. A diferença das propostas está no novo mapeamento, que, na sugestão de Souza, preserva no local os colonos mais revoltados e mais hostis aos índios, pondo em risco, na opinião do CIMI, a tranqüilidade definitiva da reserva. O CIMI também reivindica a decretação imediata da área como reserva indígena oficial, enquanto Souza promete o decreto para daqui a 15 dias, repetindo o adiamento de uma tomada de posição concreta por parte das autoridades federais — como vem ocorrendo desde 11 de maio, quando Chimbangue foi reconhecido como reserva, mas o representante do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário não assinou a ata da reunião de um grupo interministerial.



Sede Trentin: os colonos ainda não desfraldaram a bandeira de guerra (à esquerda) e o líder Fidelix Trombetta mostra uma das cinco escrituras que registrou sobre as terras que comprou

